

Crianças trabalhadoras e as condições de sua inserção no mercado de trabalho no Paraná

Working children and the conditions in their insertion into the labor market in Parana

Mariussha Rinaldi Navarro¹

Solange de Cássia Inforzato de Souza²

Adriana Evarini³

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil das crianças trabalhadoras e as condições de sua inserção no mercado de trabalho no Paraná nos anos 2002 e 2009, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados mostraram que as crianças ocupadas são do sexo masculino, brancas, alfabetizadas e moradoras da área urbana. A prática dos afazeres domésticos é comum, a escolaridade da mãe é baixa e sua ausência nos domicílios cresceu. Elas começam a trabalhar ao redor dos 10 anos de idade e o rendimento mensal do trabalho e a renda domiciliar *per capita* são baixos.

Palavras-chave: Crianças trabalhadoras. Mercado de trabalho. Paraná.

Abstract

This article focuses on analyzing the profile of working children and the conditions in their insertion into the labor market in the Parana in the years 2002 and 2009, from the microdata of Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). The results showed that children occupied are male, white, literate and living in the urban area. The practice the housework it is common, the mother's educational level is low and well as her absence in the home increased. They begin to working around 10 years of age and monthly income from work and household income *per capita* is low.

¹ Economista formada pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mariusha_rn@hotmail.com

² Doutora pela PUC-SP. Docente do Departamento de Economia – Universidade Estadual de Londrina. E-mail: solangecassia@uol.com.br

³ Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: adrianaevarini@hotmail.com

Keywords: Working children. Labor market. Paraná.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil no Brasil apresenta-se como um problema multifacetário, tanto por expor as crianças a um tipo de atividade que não está ao alcance de suas possibilidades físicas e mentais, quanto por comprometer as suas condições de saúde, de educação e cultura, e de inserção futura no mercado de trabalho.

A literatura econômica elenca as causas do trabalho infantil, como o estado de pobreza das famílias, a fragilidade do mercado de trabalho dos adultos, a escolaridade dos pais, o fato dos pais terem sido trabalhadores infantis, o gênero masculino como chefe da família, a ausência da mãe no domicílio, a área urbana ou rural de moradia, a dificuldade do sistema educacional em reter as crianças na escola, o custo de mão-de-obra, a legislação trabalhista e a precarização das relações de trabalho.

A partir dos anos 1990 e especialmente nos 2000, o país intensificou sua atuação nas políticas públicas para proteção da criança consoante às diretrizes das políticas públicas internacionais. Aliado às melhorias nas condições socioeconômicas das famílias, as pesquisas mostram que o Brasil está obtendo progresso pela diminuição do trabalho infantil em um ritmo mais acelerado que a média mundial.

A despeito da tendência de queda registrada pela literatura, a taxa de participação de crianças na força de trabalho brasileira mantém-se bastante elevada em relação aos padrões internacionais, posicionando-se entre as maiores da América latina. No estado do Paraná, aproximadamente 8% das crianças de 5 a 16 anos estavam ocupadas na década de 2000.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a dimensão e o perfil das crianças trabalhadoras e as condições de sua inserção no mercado de trabalho no Paraná, a partir das informações das PNAD's (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para os anos 2002 e 2009. Para isso, faz-se a revisão da literatura empírica e a análise das características pessoais, regionais, do trabalho e do rendimento da criança ocupada no Estado.

O TRABALHO INFANTIL E SEUS DETERMINANTES

O trabalho infantil não é um fenômeno recente nas economias capitalistas. Mas como destacam Balland e Robinson(2000), a partir do sec.XX esta realidade tornou-se imoral e passou a ser condenada. Segundo os autores, pesquisas recentes destacam a sua ineficiência social, devido ao trade-off entre o trabalho na infância e a menor acumulação de capital humano.

Para Balland e Robinson (2000), o trabalho na infância afeta negativamente o desenvolvimento de habilidades, entre outros efeitos adversos. Para Basu e Van (1998), a existência do trabalho infantil é uma das faces da pobreza. Grootaert e Kanbur(1995) ressaltam que dada a existência de um trade-off entre o trabalho na infância e a educação, a ineficiência econômica ocorre quando há externalidades positivas na acumulação de capital humano.

Segundo Balland e Robinson(2000), há necessidade de proteger a criança, pois a presença do trabalho infantil estimula em países pobres a procriação e a existência de famílias com uma prole grande, cuja renda familiar passa a depender da entrada voluntariamente forçada das crianças no mercado de trabalho pelos pais, que exploram seus filhos. Para os autores a análise do altruísmo familiar e da fertilidade endógena evoca algumas questões que merecem ser discutidas, a exemplo das leis que proíbem o trabalho infantil porque ocasionam uma redução da renda familiar corrente, mas elevam o valor futuro do trabalho das crianças. Outra alternativa de política pública seriam as leis que taxam as famílias que utilizam o trabalho infantil ou que dão abatimento no imposto para famílias cujos filhos estudam; a segunda alternativa é muito utilizada na Europa, por exemplo.

Segundo Monte(2008, p.626), o trabalho infantil e a aprendizagem escolar, não são atividades excludentes, mas o resultado conjunto tende a " provocar perdas futuras para ambas as atividades (aprendizado e capacidade produtiva do trabalhador), além de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação" e proporcionam " baixa remuneração", além de promover prejuízos físicos e psicológicos. Verifica-se a presença de trabalho infantil na economia brasileira desde o período colonial. Na atualidade, é possível encontrar crianças que realizam atividades domésticas, vendas de produtos artesanais e industriais nas

ruas, contribuindo para "a renda familiar e a sua própria subsistência. (MONTE, 2008, p.627)

No Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, intensificou-se a política pública no combate ao trabalho infantil e às suas formas mais degradantes. O país assumiu o compromisso na agenda internacional para o trabalho decente (TD) e integrou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Bolsa-Família, cujo objetivo era retirar as crianças e adolescentes menores de 14 anos das práticas de trabalho infantil e garantir que elas voltassem à escola.

Segundo a OIT, o trabalho infantil apresenta-se sob quatro formas ou grupos: o *trabalho infantil doméstico* - crianças que trabalham em casa de terceiros formam um exército invisível de mão de obra, sujeitas à exploração; a *exploração sexual comercial* - ratificada pelo Brasil em 2000, a Convenção 182 visa a proibição das piores formas de trabalho infantil; a *economia agrícola familiar* - segundo a OIT hoje, no Brasil, as ações aprendidas com o Projeto Bode-Escola – bancadas pela UNICEF e criado em 1995 -, principalmente na região sisaleira do País, são reconhecidas internacionalmente como medidas eficazes. Essa iniciativa alia a questão agrária, como propriedade de terra e migração rural à geração de renda, fortalecimento do papel da mulher, economia familiar ao combate do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente por meio das organizações comunitárias, governo local e sindicatos de trabalhadores rurais. Por fim, outro grupo, o *trabalho informal urbano* - composto por crianças ocupadas em atividades informais, lícitas ou ilícitas nos centros urbanos.

A partir de 2005, o Peti passou a envolver apenas as famílias com renda per capita superior a R\$ 120,00 e ampliou o atendimento a toda a população com idade até 16 anos. Em 2008, conferia o benefício no valor de R\$ 40,00 por criança que morasse em área urbana, e R\$ 25,00 caso morasse em área rural, sem limites de inclusão de crianças por família, em troca apenas de frequência escolar mínima de 85% (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010). O valor do benefício recebido pelo Peti é o mesmo para todas as famílias independentemente da quantidade de filhos ainda criança, ou seja, a família pode inscrever alguns de seus filhos no programa especializando-os em educação, e não inscrever outros, especializando-os em trabalho (FERRO, 2003).

Outro programa, o Bolsa-Família, instituído em 2004 no governo Lula, integrou programas como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e o Auxílio Gás, criados durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, que em 2011 atendeu mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional, sendo o maior programa de transferência de renda com condicionalidades – vacinação, pré-natal e frequência escolar - beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O PBF em outubro de 2008 transferiu às famílias pobres com renda familiar *per capita* de até R\$ 120,00 – o valor de R\$ 20,00 para cada criança até 15 anos, até o limite de três benefícios por família, além de um benefício variável no valor de R\$ 30,00 para cada jovem de 16 a 17 anos que frequenta a escola- limitada a dois benefícios por família⁴. Além disso, o programa ofereceu as famílias extremamente pobres – renda por pessoa de até R\$ 60,00- o direito ao recebimento de um benefício fixo, no valor de R\$ 62,00 (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010).

Segundo Ferro (2003) e Kassouf (2005) *apud* Kassouf (2007), e Cardoso e Souza (2003) *apud* Kassouf (2007), o efeito do programa Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil mostra-se impactante na redução do número de horas mensais de trabalho das crianças e na escolaridade, porém, os resultados não se mostram conclusivos para a decisão da família quanto à inserção dos filhos no mercado de trabalho. Segundo Cardoso e Souza (2004) *apud* Cacciamali, Tatei e Batista (2010), isso ocorre porque, provavelmente, há apenas uma mudança no tempo alocado entre estudo e trabalho, considerando que os benefícios pagos pelos programas são insuficientes para incentivar o abandono do mercado de trabalho.

O estudo de Cacciamali, Tatei e Batista (2010) estimou um modelo *probit* bivariado para o impacto de variáveis como sexo, cor, idade, região, tamanho da família, escolaridade, ocupação etc., sobre a incidência do trabalho infantil e frequência escolar no Brasil no ano de 2004. Revela-se positivo o coeficiente para a variável bolsa família indicando que ser beneficiário do PBF eleva as chances de incidência de trabalho infanto-juvenil nos domicílios pobres, mas também aumenta as chances de frequentar a escola. Sendo esse o maior efeito do PBF, no ano de 2004, reduziu em 2,50% a probabilidade de a criança não estudar e nem trabalhar;

⁴ Ocorre, em 2011, a mudança de três para cinco crianças e adolescentes com até 15 anos de idade permitidos a receberem o benefício do Bolsa-Família. Com essa modificação, seriam incluídos cerca de 1,3 milhão de crianças e adolescentes no BF.

além disso, chega-se a 4% quando se trata da área rural.

Para Soares (2004) *apud* Cacciamali, Tatei e Batista (2010) o Peti consegue conciliar o aumento da frequência escolar e redução das horas de trabalho e isso se deve ao fato de o Peti proporcionar ampliação da jornada escolar, mantendo as crianças ocupadas o dia todo.

A despeito das ações de combate ao trabalho infantil, a sua presença inspira o estudo de seus determinantes. De forma geral, a literatura indica as causas do trabalho infantil. Para Schwartzman (2005) *apud* Cacciamali, Tatei e Batista (2010) o trabalho das crianças justifica-se pelo fato de as famílias beneficiadas serem as mais pobres e, portanto, necessitarem da renda procedente do trabalho de seus filhos para o próprio sustento. Além disso, as crianças não deixam de ir à escola porque trabalham, mas devido a problemas do sistema escolar, como escolas não acessíveis e ensino de baixa qualidade.

Nogueira (2003) mostra que, do lado da oferta, a pobreza age como o determinante principal da entrada de crianças no mercado de trabalho, e pode ser ampliada pela fragilização dos adultos frente ao mercado de trabalho. De acordo com Azevedo, Menezes e Fernandes (2000) e Goldbaum (2002) *apud* Nogueira (2003), no momento de recessão, mais adultos desocupados passam a ocupar os postos de trabalho antes vagos, estorvando a entrada de crianças e jovens. Nos momentos de recuperação econômica existiriam melhores chances de inserção para aqueles vistos como mais “frágeis”: mulheres e crianças.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 1996 nas principais capitais brasileiras (Belém, Recife, Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre), em todas as partes o crescimento do setor de serviços, empregos de meio expediente, precarização das relações do trabalho e mão-de-obra flexível facilita a entrada de crianças/jovens no mercado de trabalho. E os trabalhos realizados não se restringem em casos limites, em sua maioria são inerentes ao cotidiano. Essa precariedade é impulsionada pela desregulamentação do mercado de trabalho e a falta de fiscalização.

Para Aquino *et.al* (2010), a decisão de ofertar a mão-de-obra infantil cabe ao adulto. Essa opção ocorre no caso em que a contribuição do trabalho da criança

para o consumo presente da família supere os benefícios dos estudos futuros e salários superiores no período seguinte. A probabilidade de a criança se inserir no mercado de trabalho depende, também, dos pais terem sido trabalhadores infantis, de suas próprias características e de sua família. No meio urbano cujo pai (mãe) foi trabalhador infantil a probabilidade é de 6,4% (9%), em 2004; já no meio rural a probabilidade é de 28% (33%) no mesmo período (AQUINO; FERNANDES; PAZELLO; SCORZAFAVE, 2010).

Vilela (2007) destaca que ao garantir a sobrevivência, as famílias mais pobres necessitam complementar a renda através do trabalho dos filhos. Os gastos com saúde e alimentação mínima acarretam em endividamento e, em consequência, há exploração do trabalho infantil. No entanto, o trabalho precoce não tem como única causa a pobreza. Em muitos países pobres o trabalho infantil não é frequente, e muitas famílias pobres mantêm seus filhos na escola e fora do trabalho. Diz Ruth Vilela que:

[...] A verdade é que as crianças estão substituindo os adultos nos postos de trabalho e a redução do custo da mão-de-obra não é significativa. O trabalho infantil não é economicamente necessário. As razões da demanda são em verdade de outra natureza: as crianças desconhecem seus direitos, são dóceis e acatam melhor as ordens, realizam trabalhos monótonos e tarefas repetitivas sem queixas, geralmente não faltam ao trabalho, não se importam em realizar tarefas subalternas, respondem bem aos comandos sem se rebelar e são mais dignas de confiança (VILELA, 2007, p.10).

Segundo Kassouf (2002), há um *trade-off* entre o aumento da renda presente do domicílio e a perda de uma melhor remuneração futura pela evasão escolar. Uma baixa escolaridade, causada por longos períodos de trabalho, tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego para aqueles sem qualificação que oferecem baixos salários e mantêm o jovem dentro de um ciclo vicioso de pobreza já vivido pelos pais.

De acordo com Madeira (1993) *apud* Nogueira (2003), a dificuldade que o sistema educacional, no Brasil, apresenta em reter as crianças, afeta as populações mais pobres. Aproximadamente 25% das crianças entre 10 e 14 anos pertencentes a famílias com renda média *per capita* de até meio salário mínimo já vivenciaram a escola, porém, não conseguiram permanecer nela. Para Langoni (1973) o resultado depende, principalmente, da estrutura do sistema educacional. Na medida em que ele se torne mais democrático e eficiente, e a diferença entre custos e qualidade no

ensino noturno e diurno puder ser minimizada, será estimulada a permanência adicional na escola somente daqueles que realmente, não possuem outras fontes de rendimentos a não ser o capital humano.

Além disso, políticas coercitivas são alvos de muita polêmica. Veiga (1998) *apud* Nogueira (2003) aponta que nos países em desenvolvimento a prescrição de padrões trabalhistas mínimos no comércio internacional age como fator de pressão de legislações restritivas ao trabalho infantil, ameaçando a competitividade, segundo a ótica norte-americana e européia, pois esses países possuiriam vantagens comparativas ao utilizarem a mão de obra mais barata das crianças. Segundo Kassouf (2005), estudos mostram que as sanções comerciais aos produtos de exportação que utilizam a mão de obra infantil mais prejudicam a criança do que ajudam, pois além de ser usado como uma medida protecionista pode exacerbar a pobreza ao cortar a renda obtida pelo trabalho dessas crianças.

Ainda assim e apesar do seu caráter discriminatório e protecionista, a inclusão de uma Cláusula Social nos acordos multilaterais de comércio em diversas Conferências Ministeriais da OMC, que sanciona os países e produtos que se utilizam do trabalho infantil, colaborou para mobilizar esforços ao controle do trabalho infantil no mundo.

No aspecto regional brasileiro, segundo Kassouf (2004), no ano de 2001, a região pobre do Nordeste apresentava a maior concentração de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, seguida da região Sul, onde a agricultura familiar aparece com maior frequência. O Centro- Oeste tinha a terceira posição, e a menor porcentagem foi encontrada na região Sudeste, a região mais rica do Brasil⁵.

A persistência do trabalho infantil, tanto em regiões pobres quanto ricas do Brasil, em muito revela o papel que a sociedade atribui ao trabalho infantil. O que se questiona é: *“Se a rua é perigosa, tanto para a segurança física como para o desenvolvimento social de crianças, o que justifica o trabalho nas ruas?”* (Dieese, 1996). O trabalho delas não se distingue do dos adultos, e nem acrescenta educação profissional, além disso, ocupa o tempo que deveria ser destinado às

⁵ Nesse estudo, a porcentagem de crianças trabalhando está subestimada, pois não foram analisados os dados para a região Norte, exceto para o estado do Tocantins.

brincadeiras, aos esportes e aos estudos, que hoje desempenham papel fundamental na preparação profissional e social dos indivíduos.

Nesse sentido, este trabalho avança na tentativa de caracterizar a criança que trabalha no Paraná e em seu contexto brasileiro.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para a realização deste trabalho, a base de dados utilizada foi a PNAD(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) dos anos 2002 e 2009. Foram mantidos somente os indivíduos com idades superiores a 5 anos e inferiores a 16 anos e os ocupados que representavam a parcela de pessoas que na semana de referência estavam trabalhando ou não estavam trabalhando mas tinham trabalho, excluídos os indígenas e aqueles que não declaram a cor/raça. Considerou-se como indivíduo da cor/raça branca as pessoas que se declaram branca ou amarela, e indivíduo da cor/raça não branca as pessoas que se declaram negras ou pardas.

Definiu-se o rendimento mensal do trabalho principal infantil como sendo o único trabalho que a criança⁶ teve na semana de referência (em 2002, dias 22 a 28 de setembro, e em 2009, os dias 20 a 26 de setembro), e o rendimento mensal domiciliar *per capita*, que exclui o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e das pessoas menores de 10 anos de idade.

A variável “idade que o indivíduo começou a trabalhar” refere-se somente às pessoas com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias. A variável para o tipo do estabelecimento onde era exercido o trabalho refere-se ao trabalho único ou principal que a pessoa ocupada, exclusive o trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, na semana de referência. Além disso, para o ano de 2002, não foram disponibilizados os dados que indicam se crianças

⁶ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil considera como criança até os 11 anos de idade, e adolescentes aqueles entre 12 e 18 anos de idade. Entretanto, a Convenção das Nações Unidas, considera como criança as pessoas com idades inferiores a 18 anos. Desde 1998 no Brasil, a idade mínima para ingressar no mercado de trabalho é de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é permitido a partir dos 14 anos.

entre 5 a 9 anos de idade cuidava de afazeres domésticos. Para esse mesmo ano, também, faltaram os dados da faixa domiciliar *per capita*.

As informações das características das crianças foram divididas em três conjuntos: a) *características pessoais da criança que trabalha* - descreve a condição de ocupação, gênero, cor/raça, alfabetização, frequência escolar, presença da mãe no domicílio, e escolaridade da mãe; b) *características regionais da criança que trabalha* - mostra a criança ocupada nas macrorregiões, nos estados da região sul e a regiões onde reside e, c) *característica do trabalho e rendimento da criança* –reúne as condições do trabalho da criança como: a idade que começou a trabalhar, realização de afazeres domésticos, tipo do estabelecimento onde se exercia o trabalho, o rendimento domiciliar per capita e o rendimento do trabalho principal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação apontam que a incidência de trabalho infantil tem diminuído ao longo do tempo. No Brasil, em 2002, os trabalhadores infantis ocupados representavam 10% do total de indivíduos dessa faixa etária, e em 2009, esse número é 7,47% (tabela 1). O mesmo comportamento verifica-se no Estado do Paraná, reflexo da melhoria do mercado de trabalho acontecida nos anos 2000 e da condução das políticas de transferências condicionadas de renda, entre elas o Peti e o Bolsa Família, que reduziram a pobreza, mas também resultado de outros fatores, conforme apontado na literatura econômica.

No que se refere aos aspectos regionais, a Região Nordeste aparece como aquela em que é maior a porcentagem de trabalho infantil, assim como nos estudos encontrados em Kassouf (2004), Sadeck (2008) e IBGE (2008), mas também apresentou uma redução no número de crianças ocupadas, de 44,37% em 2002 para 40,19% em 2009. Em seguida, o Sudeste teve um pequeno aumento na participação, mas no geral permaneceu em todo o período ao redor dos 25%. O Sul ocupou a terceira posição com uma queda de 17,19% em 2002 para 15% em 2009. A Região Norte quase dobrou a proporção de crianças ocupadas entre 2002 e 2009

- aumentou de 5,72% em 2002 para 10,33% em 2009⁷. E, por último, o Centro Oeste teve um pequeno aumento, mas também manteve sua participação que ficou ao redor dos 7%.

Um agravante regional é notado no estado do Paraná: embora haja declínio do número de crianças ocupadas, a proporção dessas crianças em relação ao Brasil e os estados da região Sul em seu conjunto é ligeiramente maior (tabela 2). Isso mostra a importância de se identificar a criança que trabalha no Paraná.

Tabela 1 – Evolução da Condição de Ocupação de crianças de 5 a 16 anos entre os anos 2002 e 2009 no Brasil e no Paraná (%)

Condição de ocupação	Brasil	
	2002	2009
Não-ocupado	90,08	92,53
Ocupado	9,92	7,47
TOTAL	100	100
Condição de ocupação	Paraná	
	2002	2009
Não-ocupado	89,25	92,26
Ocupado	10,75	7,74
TOTAL	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

Tabela 2 – Evolução de crianças e jovens ocupados de 5 a 16 anos segundo a unidade de federação entre os anos 2002 e 2009 na região sul do Brasil (%)

Unidade de Federação	2002	2009
Paraná	6,36	5,81
Santa Catarina	3,78	4,03
Rio Grande do Sul	7,05	5,18

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNADS 2002, 2005, 2007 e 2009.

Os resultados desta pesquisa dão conta de que no Estado do Paraná, a grande maioria das crianças ocupadas se concentra na área urbana (aproximadamente 60% em 2002), e esse número aumentou ao longo dos anos para cerca de 70% em 2009 (tabela 3).

Tabela 3- Evolução de crianças de 5 a 16 anos ocupadas segundo a região onde reside entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Região onde reside	2002	2009
Rural	42,61	31,52
Urbano	57,39	68,48
TOTAL	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

⁷ . A PNAD incorporou a região rural do Norte a partir de 2004.

Do ponto de vista das características pessoais, os trabalhadores infantis masculinos são predominantes no Brasil, o que confirma o identificado em Leme (1999), ou seja, que a maior concentração de crianças no mercado de trabalho está entre os do sexo masculino - as participações dos meninos eram e são quase o dobro daquela observada entre as meninas.

No estado do Paraná essa participação masculina é menor, mostrando a maior presença relativa das meninas trabalhadoras no mercado, mas se vêem os aumentos da participação do trabalhador masculino entre os anos 2002 e 2009(tabela 4).

Tabela 4 - Evolução de crianças de 5 a 16 anos ocupadas segundo o gênero entre os anos 2002 e 2009 no Brasil e no Paraná (%)

Gênero	Brasil	
	2002	2009
Feminino	34,48	33,91
Masculino	65,52	66,09
TOTAL	100	100
Gênero	Paraná	
	2002	2009
Feminino	39,24	37,99
Masculino	60,76	62,01
TOTAL	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

De acordo com os microdados das PNADs para o Estado, o que se observa é que a cor/raça predominante de crianças ocupadas entre 5 a 16 anos é branca, historicamente resultado da colonização branca na região (tabela 5). Ao contrário do observado para o Brasil em Vaz (1999) *apud* Saboia (2000) e, também, em Sadeck (2008), que mostram que no geral as crianças são negras ou pardas.

Tabela 5 - Evolução de crianças de 5 a 16 anos ocupadas segundo a cor/raça entre os anos 2002,e 2009 no Brasil e no Paraná (%)

	Brasil	
	2002	2009
Não-branca	56,96	62,59
Branca	43,04	37,41
TOTAL	100	100
Cor/Raça	Paraná	
	2002	2009
Não-branca	26,13	33,51
Branca	73,87	66,49
TOTAL	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

A tabela 6 indica que grande parte das crianças ocupadas são alfabetizadas. Há uma tendência positiva de que o número de crianças que sabem ler e escrever aumenta a cada ano. No Paraná, esses valores ultrapassam os 95% de crianças e jovens que mesmo ocupados desde muito cedo possuem o mínimo de alfabetização.

No entanto, o problema de evasão escolar é grave. No ano de 2002 foi 13,39%, com uma piora no ano de 2009 para 14,49% das crianças que não frequentavam escola ou creche. Segundo o IBGE, em 2006, cerca de 14 milhões de crianças de 0 a 17 anos de idade, em todo o Brasil, estavam fora da escola ou creche. Outro aspecto interessante é o de que a frequência à escola ou creche crescia com aumento do rendimento mensal domiciliar *per capita*; enquanto para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade residentes em domicílios com menos de ¼ do salário mínimo por pessoa, a taxa de frequência escolar foi de 69,3%, para aqueles com rendimento de 2 ou mais salários por pessoa atingiu 86%. Nessa mesma faixa de rendimento domiciliar *per capita*, resultado semelhante ao nosso estudo pode ser encontrado no ano de 2006, entre crianças de 7 a 14 anos o ensino praticamente alcançou a universalização (99,7%).

Tabela 6- Evolução de crianças de 5 a 16 anos ocupadas segundo a alfabetização entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Paraná	Sabe ler ou escrever		Frequenta escola ou creche	
	2002	2009	2002	2009
Sim	98,01	98,68	86,61	85,61
Não	1,99	1,32	13,39	14,49
Total	100	100	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNADS 2002 e 2009.

*Nota: Em 2002, houve uma frequência de 320,22 crianças ocupadas que não declararam saber ler ou escrever, as quais representavam 0,04% do total pesquisado.

Outra variável significativa que pode contribuir para a inserção de crianças no mercado de trabalho é a presença ou não da mãe no domicílio e, portanto, relevante quando se quer traçar o perfil das crianças trabalhadoras. No Estado do Paraná, em 10% dos domicílios onde residem as crianças ocupadas, não há a presença da mãe (tabela 7).

Tabela 7- Evolução de crianças de 5 a 16 anos ocupadas segundo a presença da mãe no domicílio entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Presença da mãe no domicílio	2002	2009
Mãe não mora no domicílio	7,99	10,32
Mãe mora no domicílio	90,26	83,95
Ignorado ou não aplicável	1,75	5,73

Total	100	100
-------	-----	-----

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

A literatura também destaca a relevância da escolaridade dos pais e mães. Segundo Leme (1999), a escolaridade dos pais é diferente entre crianças entre 10 a 14 anos que trabalham e não trabalham. Para a autora, em 1996, entre as crianças que trabalhavam 58% o pai tinha primário incompleto e 62% a mãe tinha primário incompleto. Entre as crianças cujo pai não completou o primário a porcentagem que trabalhava era de 22%, contra somente 3% com colegial completo ou mais; o mesmo ocorre no caso da mãe.

Nesse aspecto, este trabalho mostra que ao longo dos anos expostos apresentou-se uma melhora na escolaridade das mães de crianças ocupadas (tabela 8). Todavia, no último ano, cerca de 80% das mães tinham apenas até a oitava série.

Tabela 8-Evolução da escolaridade da mãe das crianças de 5 a 16 anos entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Anos de estudo	2002	2009
Menos de 1 ano	6,28	1,32
1 a 4 anos	31,72	19,26
5 a 8 anos	49,07	58,35
9 a 10 anos	2,03	5,26
15 ou mais	1,16	-
Não determinados	7,99	10,35
Não aplicável	1,75	5,45
Total	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNADS 2002 e 2009.

Tabela 9- Evolução da faixa de rendimento domiciliar *per capita* para crianças ocupadas entre 5 a 16 anos em 2009 no Brasil e no Paraná em 2009 (%)

Faixa de rendimento domiciliar per capita	Brasil	Paraná
Sem rendimento	0,25	-
Até ¼ salário mínimo*	23,27	9,57
Mais de ¼ até ½ salário	25,88	17,33
Mais de ½ até 1 salário	29,48	36,33
Mais de 1 até 2 salários	14,22	28
Mais de 2 até 3 salários	2,87	5,72
Mais de 3 até 5 salários	1,04	1,64
Mais de 5 salários	0,35	0,36
Sem declaração	2,35	1,05
Não aplicável	0,29	-
Total	100	100

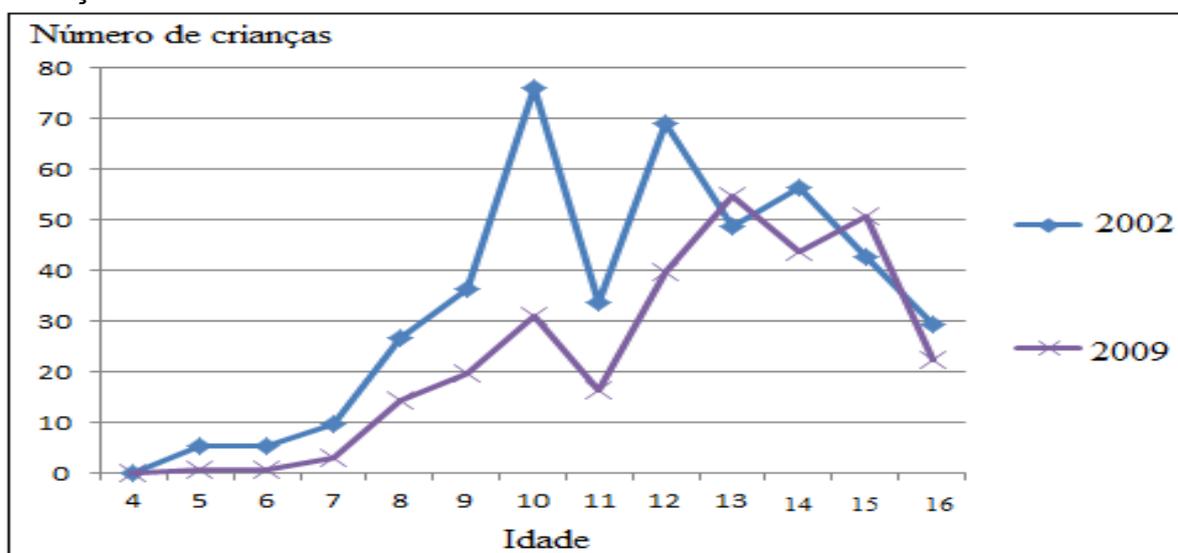
FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNADS 2002 e 2009.

*Nota: Salário Mínimo em 2009: R\$465,00.

No âmbito da inserção das crianças no mercado de trabalho e rendimento, os dados revelam ⁸ que em 60% dos domicílios do Paraná, o rendimento domiciliar *per capita* era de até um salário mínimo, e no Brasil essa proporção foi de 80%.

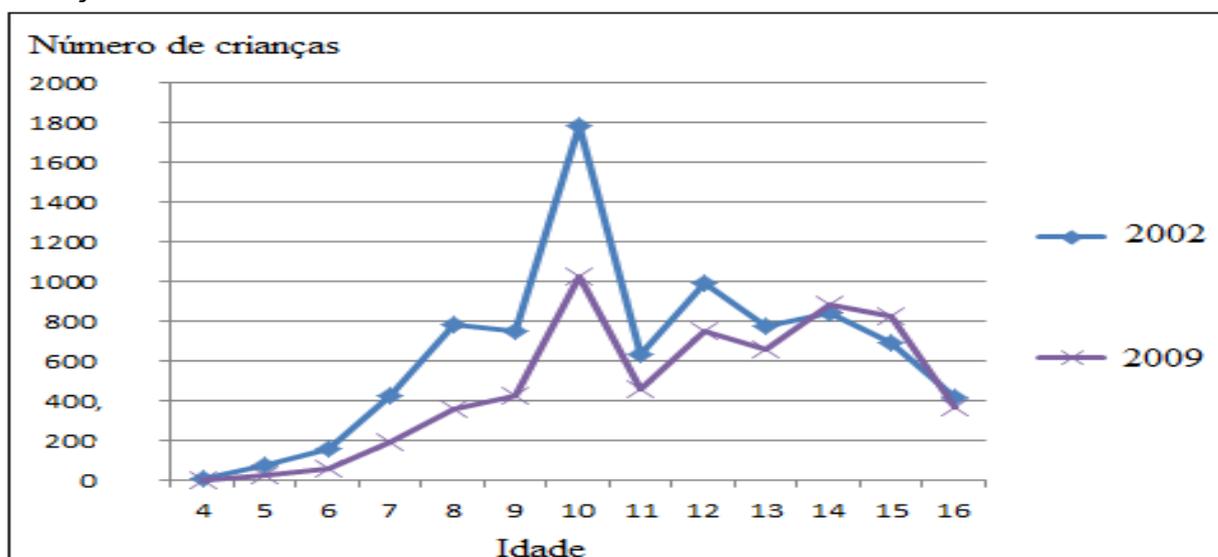
Outra significativa preocupação sobre o trabalho infantil no Paraná, ilustrado no gráfico 1, é a de que a atividade do trabalho começa em média aos 10 anos de idade, semelhante a alguns estudos como o de Kassouf (2002).

Gráfico 1- Evolução de crianças de 10 a 16 anos ocupadas segundo a idade que começou a trabalhar entre os anos 2002 e 2009 no Paraná



FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

Gráfico 2- Evolução de crianças de 10 a 16 anos ocupadas segundo a idade que começou a trabalhar entre os anos 2002 e 2009 no Brasil



⁸ Através da PNAD de 2002 não foi possível extrair dados da faixa rendimento domiciliar *per capita*

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

Esta pesquisa evidencia que no estado do Paraná, em 2009, aproximadamente 12,94% começavam a exercer a ocupação antes dos 10 anos de idade, e aproximadamente 61% iniciavam as atividades no trabalho antes dos 14 anos. No Brasil em 2009 (gráfico 2), aproximadamente 18% começavam a exercer a ocupação antes dos 10 anos de idade, e aproximadamente 66% iniciavam as atividades no trabalho antes do permitido pela constituição brasileira (a partir dos 14 anos na condição de aprendiz).

Como já era de se esperar, é alta a concentração de crianças que exercem a prática dos afazeres domésticos, pois, de acordo com Vaz (1999) *apud* Saboia (2000), o trabalho doméstico das meninas é uma prática diária dos pobres, e começa ao redor dos sete anos de idade. A partir daí, torna-se natural a transição para o trabalho doméstico remunerado. Através de dados da PNAD de 1998, a autora observa que a participação do trabalho doméstico dessas meninas no trabalho total é maior do que quando considerada a população adulta feminina.

Os resultados desta pesquisa indicam que no Paraná há tendência de queda na realização dos afazeres domésticos, de 68,56% em 2002 para 65,96% em 2009, na faixa etária dos 10 a 16 anos. Para as crianças de 5 a 9 anos em 2009 essa porcentagem era de 57,58%. Apesar dessa tendência de queda ainda permanece muito alta a quantidade de crianças e jovens que formam um exército oculto de exploração de mão de obra.

Tabela 10- Evolução de crianças de 5 a 16 anos ocupadas segundo a realização de afazeres domésticos entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Anos	5 a 9 anos		10 a 16 anos	
	Sim	Não	Sim	Não
2002	-	-	68,56	31,44
2009	57,58	42,92	65,96	34,04

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

A maior concentração de crianças ocupadas está em estabelecimentos do primeiro tipo - lojas, fábricas, oficinas, escritórios, escolas, repartições públicas, galpão – e segundo tipo - fazendas, chácaras, sítios e granjas – 33,15% e 30,75%

respectivamente em 2002 e 50,34% e 20,07% respectivamente em 2009. Somando-se as proporções de crianças que exerciam trabalho no domicílio em que morava ou no domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês obteve-se 12,74 % em 2002 e 11,93 % 2009. (tabela 11).

Vale lembrar, segundo o DIEESE, as atividades no trabalho das crianças não se diferenciam das atividades dos adultos, e essa prática em muitos casos não acrescenta educação profissional e ocupa o tempo destinado aos estudos e esportes que são fundamentais na preparação e no desenvolvimento profissional e social.

Tabela 11-Evolução de crianças de 10 a 16 anos ocupadas segundo o tipo de estabelecimento onde era exercido o trabalho entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Tipo do estabelecimento onde era exercido o trabalho	2002	2009
Loja, Oficina, Fábrica, Escritório, Escola, Repartição Pública, Galpão, etc	33,15	50,34
Fazenda, sítio, chácara, granja, etc	30,75	20,07
No domicílio em que morava	3,09	3,58
Em domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês	9,65	8,35
Em local designado por empregador, cliente ou freguês	3,05	3,81
Em veículo automotor	0,46	0,95
Em via ou área pública	2,36	1,54
Outro	-	-
Sem declaração	17,5	11,34
Total	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

A tabela 12 revela a preocupante situação das crianças brasileiras que começam precocemente suas atividades no trabalho. Trata-se de uma condição sub-humana - quase a metade de toda a população paranaense ocupada entre crianças de 5 a 16 anos trabalhavam sem receber quase nada por isso. Em Barros e Mendonça (2009), observou-se que em um universo de crianças de 5 a 15 anos, o trabalho infantil não traz renda para a criança e nem faz com que ela reduza sua participação no afazer doméstico e que essa decisão partiria mais da própria família.

Tabela 12 – Evolução do rendimento mensal do trabalho principal das crianças trabalhadoras entre 5 a 16 anos entre os anos 2002 e 2009 no Paraná (%)

Renda do Trabalho principal (valores em reais)	2002	2009
De 0 - 0,99	49,26	35,40
De 1 - 50	8,59	3,81
De 50,01 -100	12,00	5,85
De 100,01-200	15,79	11,84
De 200,01-300	5,63	17,48
De 300,01-400	0,78	8,90
Mais de 400	7,95	16,72
Total	100	100

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados nas PNAD's 2002 e 2009.

Vale ressaltar, enfim, que as causas do trabalho infantil são múltiplas e seus efeitos, segundo os pesquisadores como Kassouf (2004), serão, no futuro, manter a criança dentro de um ciclo vicioso de pobreza, limitado a oportunidades de empregos sem qualificação e baixos salários vivenciados anteriormente pela família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o perfil das crianças trabalhadoras e as condições de sua inserção no mercado de trabalho no Paraná, nos anos 2002 e 2009, a partir das características pessoais, regionais, do trabalho e do rendimento da criança ocupada.

Os resultados mostraram que a incidência de trabalho infantil tem diminuído ao longo do tempo, reflexo da melhoria da economia e do mercado de trabalho acontecida nos anos 2000, da condução das políticas de transferências condicionadas de renda, entre elas o Peti e o Bolsa Família, e de outros fatores, incluindo o compromisso internacional com a erradicação do trabalho infantil. No entanto, ainda permanece alto o número de crianças ocupadas comparado à população total dessa faixa etária.

As crianças que trabalham no Paraná são do sexo masculino, brancas, e moradoras da área urbana. A proporção das crianças que trabalham em relação ao Brasil em seu conjunto é maior e há maior presença de trabalhadoras meninas de cor branca.

No Brasil como um todo, as crianças que trabalham também são do sexo masculino – confirma o que já havia sido identificado em Leme (1999) -, moradoras e

trabalhadoras da área urbana. Contudo, a cor/raça predominante é a não branca – como já observado em Vaz (1999) *apud* Saboia (2000) e Sadeck (2008) - e estão concentradas na região nordeste do país, assim como nos estudos encontrados em Kassouf (2004), Sadeck (2008) e IBGE (2008).

Alguns problemas aparecem na caracterização das crianças que trabalham: o aumento de ausência das mães nos domicílios em que existem crianças ocupadas no Paraná, a baixa escolaridade dessas mães, e rendimento domiciliar per capita e rendimento mensal do trabalho da criança também pífios. A realização de afazeres domésticos é uma prática comum- confirmado por Vaz *apud* Saboia (2000) - e o Paraná apresentou maior proporção nessa atividade comparativamente ao Brasil como um todo.

No geral, as crianças começam a trabalhar ao redor dos 10 anos de idade – semelhante ao estudo de Kassouf (2002). Em 2009, aproximadamente 13% começava a exercer a ocupação antes dos 10 anos de idade, e aproximadamente 60% iniciavam as atividades no trabalho antes dos 14 anos, com elevadas concentrações de crianças que ganham quase nada pelo trabalho.

A maior concentração de crianças ocupadas está em estabelecimentos do tipo lojas, fábricas e outros ou do tipo fazendas, chácaras, sítios e granjas, mas as proporções de crianças que exerciam trabalho no domicílio em que morava ou no domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês foram significativas, obteve-se ao redor dos 12% no Paraná.

O ensaio bibliográfico e a disponibilidade dos microdados comprovam a problemática do trabalho infantil no país e sua realidade regional, indicando a necessidade da intensificação das políticas sociais e da melhoria das condições do mercado de trabalho para os adultos. Políticas que atendam as singularidades de cada região, que gerem emprego e renda familiar e mudanças consistentes no sistema educacional podem conduzir a uma sociedade onde de fato os direitos das crianças sejam respeitados.

Por fim, espera-se que esse trabalho possa contribuir com informações para os futuros estudos relacionados ao trabalho infantil, e servir como alerta àqueles que são indiferentes aos danos causados à sociedade e que perdura há séculos no país.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Juliana M.; FERNANDES, Maurício M.; PAZELLO, Elaine T.; SCORZAFAVE, Luís G. Trabalho Infantil: persistência intergeracional e decomposição entre 1992 e 2004 no Brasil urbano e rural. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.14, n. 1, 2010.

BALAND, J. , ROBINSON, J. is the children labour inefficient? *Journal of Political Economy*,2000, vol. 108, no. 4.

BARROS, Ricardo Paes. MENDONÇA Rosane. Trabalho infantil no Brasil: Rumo à erradicação. Rio de Janeiro: *IPEA Mercado de Trabalho* -, nov.2009.

BASSU, Kaushik, HOANG VAN, Pham . The economics of child labor: *The American Economic Review*. Vol. 88, No. 3 (Jun., 1998), pp. 412-427.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio; BATISTA, Natália F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.14, n.2,2010.

FERRO, Andrea R. *Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil*. Piracicaba-SP 2003. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Disponível em:< <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/andrea.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2011.

GROOTAERT, C., KANBUR, R.. Child Labour: an Economic Perspective. *International Labour Review*. Vol. 134,No. 2, pp. 187-203, 1995.

KASSOUF, Ana Lúcia. *O Efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens - controlando o background familiar*. Nov. de 2002. Disponível na internet via < www.cepea.esalq.usp.br/pdf/paper.pdf>. Acesso em outubro de 2010.

KASSOUF, Ana Lúcia. *O trabalho infantil em cinco estados brasileiros*. Brasília-DF. OIT 2004. Disponível na internet via:<< www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=122>> Acesso em outubro de 2010.

KASSOUF, Ana Lúcia. *Trabalho Infantil: Causas e Consequências*. Nov. de 2005. Disponível na internet via: <[http:// www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf)> Acesso em outubro de 2010.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? Out de 2007. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.17, n. 2, mar-ago 2007. Disponível na internet via:<< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512007000200005>> Acesso em novembro de 2010.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEME, Maria C. *Os Extremos do Ciclo de Vida: Trabalho Infantil e Aposentadoria Precoce* 1999. Relatório de Pesquisa n.32/1999. Disponível na internet via:<<<http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/publicacoes/Rel32-1999.pdf>>> Acesso em abril de 2011.

MONTE, P.A. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. *Economia*, Brasília(DF), v.9, n.3, p. 625-650, set/dez 2008.

NOGUEIRA, Carmen S.R.S. *Trabalho infantil e famílias em Regiões Metropolitanas brasileiras*. Campinas, 2003. Tese (Mestrado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).Disponível na internet via:<<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000316889&fd=y>>>. Acesso em 03 de maio de 2011.

SABOIA, Ana Lucia. *As Meninas Empregadas Domésticas: Uma Caracterização Socioeconômica*. (IPEC). Rio de Janeiro, fevereiro de 2000. Disponível em:<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/trat19_1.pdf>>.Acesso em 11 de maio de 2011.

SADECK, Francisco. O Trabalho Infantil na PNAD 2007. Rio de Janeiro: *IPEA- Mercado de Trabalho*, nov. 2008.

VILELA, Ruth B. V. O trabalho Infantil no Mundo. Rio de Janeiro: *IPEA- Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, 2007. Disponível na internet via:<<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_008c.pdf>> Acesso em outubro de 2010.

Recebido : 20/06/2012

Aprovado : 25/11/2012